

Metodologia de avaliação e planejamento parlamentar

Um estudo de caso sobre o seu impacto na elaboração de políticas públicas

ANTONIO MANOEL TIMBÓ LIMA GOMES

Resumo: O objetivo deste trabalho é apresentar uma metodologia participativa e sua aplicação e utilidade na avaliação qualitativa e quantitativa de um mandato parlamentar. Tal metodologia compreende questões relacionadas à qualidade e ao impacto dos projetos apresentados e da comunicação, à participação em comissões permanentes, aos temas do mandato, assim como à implantação de uma estratégia de planejamento de um mandato com base nos resultados e no impacto da avaliação. Outro aspecto relevante é a relação entre o planejamento e as políticas públicas que serão o foco de mandato parlamentar. Trata-se de um trabalho de natureza descritiva e desenvolvido com base num estudo de caso.

Palavras-chave: Metodologia de avaliação e planejamento. Mandato Parlamentar. Políticas Públicas. Planejamento.

Introdução

Hoje é consenso que não é possível alcançar os objetivos da Administração Pública relativos ao verdadeiro papel da gestão pública se não houver estratégia mínima de planejamento. Essa realidade não é diferente em relação ao exercício de um mandato parlamentar.

As demandas atualmente são diversas e surgem de vários canais: das mobilizações virtuais nas redes sociais da internet, da influência da imprensa sobre a agenda pública, das reivindicações dos movimentos sociais ou empresariais e até mesmo do cidadão que procura individualmente um gabinete parlamentar.

Recebido em 24/5/17
Aprovado em 23/8/17

Diante dessa realidade, é essencial aos congressistas que o seu mandato parlamentar disponha de técnicas e ferramentas tanto para o planejamento de suas atividades, quanto para a avaliação das ações realizadas.

Depois de quatro anos de mandato, surgiu para um Senador da República em particular a necessidade e o desejo de avaliar o caminho percorrido para, com base nas conclusões dessa avaliação, elaborar um planejamento que contemplasse a superação de desafios e auxiliasse na criação de uma nova forma de atuação parlamentar.

Após vasta pesquisa bibliográfica, identificou-se uma lacuna em relação a uma metodologia que, voltada para a realidade de um mandato no legislativo brasileiro, contemplasse estas duas vertentes: avaliação e planejamento. Diante dessa constatação, optou-se pela criação de um método participativo para suprir a lacuna.

O objetivo deste artigo é descrever o uso dessa metodologia de avaliação de mandato parlamentar (Maplanpar) implementada para atender à demanda daquele Senador no sentido de definir estratégias de planejamento e elaboração de políticas públicas com base na coleta de informações e sugestões da sociedade e dos leitores. Trata-se, portanto, de uma metodologia participativa, gerada num estudo de caso.

1. Revisão de literatura

Na definição de Buarque (1999, p. 35),

planejamento é uma ferramenta de trabalho utilizada para tomar decisões e organizar as ações de forma lógica e racional, de modo a garantir os melhores resultados e a realização dos objetivos de uma sociedade, com os menores custos e no menor prazo possíveis.

Ou, segundo Matus (1996, p. 7), planejamento é “o cálculo que precede e preside a ação”, num processo permanente de reflexão e análise para a escolha de alternativas que permitam alcançar resultados desejados no futuro.

Buarque (1999, p. 36) também explica que o “planejamento governamental é o processo de construção de um projeto coletivo capaz de implementar as transformações necessárias na realidade que levem ao futuro desejado”. Ainda segundo o autor, o planejamento pode ser dividido em duas abordagens ou áreas, técnica e política:

ao mesmo tempo, deve levar a uma reformulação profunda da posição dos técnicos na definição das prioridades do desenvolvimento e à ne-

cessidade de uma estrutura de participação e mobilização da sociedade para a tomada das decisões, orientadas pela reflexão técnica. Apenas assim, o planejamento pode *construir um projeto coletivo* reconhecido pela sociedade e em torno do qual os atores sociais e os agentes públicos estejam efetivamente comprometidos (BUARQUE, 1999, p. 38).

Maranhão (1984), por sua vez, em contraponto aos conceitos defendidos por Buarque (1999), afirma que

na política haveria sempre a criação de algo novo resultante da definição dos interesses de grupos e classes, situando-se, pois, na esfera da vontade, enquanto no planejamento estando os interesses definidos e os objetivos dados, a atividade se reduziria a simples “administração racional” dos recursos e meios (MARANHÃO, 1984, p. 86).

No pensamento de Oliveira (2010, p. 4) “o planejamento pode ser conceituado como um processo [...] desenvolvido para o alcance de uma situação futura desejada, de um modo mais eficiente, eficaz e efetivo, com a melhor concentração de esforços e recursos pela empresa”.

Segundo Tiffany e Peterson (1998, p. 9), “planejar é uma estratégia para aumentar as chances de sucesso em um mundo que muda constantemente”. Assim, pode-se considerar que o planejamento não é algo estático, mas uma atividade que deve se adequar às mudanças ocorrentes. Ou seja, é buscar minimizar as pressões externas e otimizar o cumprimento dos projetos e tarefas internos, atentando para o estabelecimento de datas e prazos para conclusão de cada etapa.

No entendimento de Fischmann e Almeida (2009, p. 25),

planejamento é uma técnica administrativa que, através da análise do ambiente de uma organização, cria a consciência das suas oportunidades e ameaças, dos seus pontos fortes e fracos para o cumprimento da sua missão, e através desta consciência, estabelece o propósito de direção que a organização deverá seguir para aproveitar as oportunidades e evitar riscos.

Prosseguindo com definições, Oliveira (2010, p. 17) considera que

planejamento é o processo administrativo que proporciona sustentação metodológica para se estabelecer a melhor direção a ser seguida pela empresa, visando ao otimizado grau de interação com os fatores externos – não controláveis – e atuando de forma inovadora e diferenciada.

Buarque (1999, p. 36) conclui que “de um modo geral, o planejamento governamental é o processo de construção de um projeto coletivo capaz de implementar as transformações necessárias na realidade que

levem ao futuro desejado. Portanto, tem uma forte conotação política”.

O plano, como produto do processo de planejamento, expressa uma vontade dominante, uma hegemonia política. A hegemonia, no entanto, como expressão e síntese da contradição cooperação/conflito presente nos grupos, organizações e na sociedade, como expressão dos diferentes interesses e poderes, é conjuntural. Não deve ser vista como simples imposição de determinados interesses sobre outros, mas sim como resultado de relações que se estabelecem historicamente, sendo, portanto, dinâmicas.

Tradicionalmente, a atividade de planejamento tem-se preocupado com o produto final, desenvolvendo planos, programas e projetos com base técnica e científica. Essa ênfase no produto fez com que pessoas, organizações, grupos e redes sociais passassem a ser objeto de intervenção dos grupos de especialistas em planejamento.

Na abordagem participativa de planejamento, são valorizados como resultados não só os produtos, mas também o processo de planejamento e a capacidade dos atores sociais e políticos de internalizar as mudanças necessárias de acordo com propósitos compartilhados para os rumos do desenvolvimento e do processo político. Isso fica bem explicitado em Buarque (1999, p. 38) quando conclui que

a concepção do planejamento como técnico e político, ao mesmo tempo, deve levar a uma reformulação profunda da posição dos técnicos na definição das prioridades do desenvolvimento e à necessidade de uma estrutura de participação e mobilização da sociedade para a tomada das decisões, orientadas pela reflexão técnica. Apenas assim, o planejamento pode construir um projeto coletivo reconhecido pela sociedade e em torno do qual os atores sociais e os agentes públicos estejam efetivamente comprometidos.

A participação no planejamento é um processo segundo o qual os envolvidos influenciam na formação de consensos, na tomada de decisões e na aplicação dos recursos do Plano. Os atores devem ser os agentes de mudanças, e não meros espectadores do processo. O planejamento participativo é, portanto, um processo de aprendizagem social, em que os atores passam a agentes de transformação da realidade com base numa visão coletiva dessa realidade, do futuro e das ações necessárias para a construção, seja de um território, seja de uma organização.

A adoção de uma estratégia de planejamento participativo é exercício que proporciona uma leitura ampla da realidade. Com base nessa estratégia, abre-se a oportunidade para a criação de visões de futuro inovadoras e de novas formas de intervenção, capazes de provocar mudanças estruturais na realidade política, econômica e social de determinado ambiente.

Para Buarque (1999, p. 37),

como os objetivos e interesses sociais são muito diferenciados, e muitas vezes conflitantes na sociedade, as decisões tomadas no processo de planejamento resultam de uma disputa política dos atores, cada um procurando influenciar no projeto coletivo com suas próprias expectativas em relação ao futuro e com os meios e instrumento de poder. Toda escolha coletiva que envolve vários atores com diferentes interesses, mas também distintas posições de poder, sempre deverá expressar uma relação e uma estrutura de poder, cada grupo social procurando dominar os espaços e meios de decisão e intervenção na realidade.

E conclui que

como parte do processo político, o planejamento constitui um espaço privilegiado de negociação entre os atores sociais, confron-

tando e articulando seus interesses e suas alternativas para a sociedade. Como a hegemonia não é um dado estático, mas um fato social dinâmico e construído, o planejamento abre a oportunidade para uma reconstrução e reordenação do jogo de poder, permitindo uma redefinição dos objetivos dominantes na sociedade. Em última instância, o processo de planejamento cria as condições para a (re)construção da hegemonia, na medida em que articula, técnica e politicamente, os atores sociais para escolhas e opções sociais (BUARQUE, 1999, p. 37-38).

Por fim, pode-se concluir que não basta adotar um método de planejamento estratégico participativo; é necessário ter o compromisso político de deixar fluir suas potencialidades emancipadoras para transformar pessoas, organizações sociais e atores políticos.

Então, o planejamento com foco numa construção participativa de projetos e políticas a serem apresentados para um mandato parlamentar é, sem dúvida, importante elemento de chamamento e convocação daqueles que antes eram eleitores no momento da eleição e agora são cidadãos que, detentores de direitos, são chamados a contribuir para um processo participativo de construção social e política que dispõe de um procedimento de avaliação para subsidiar o planejamento e a formulação das intervenções.

2. Metodologia

O presente trabalho, de natureza exploratória e descritiva, utilizou, para alcançar seus objetivos, a abordagem de estudo de caso.

Segundo Miguel (2010, p. 130),

o estudo de caso é um estudo de natureza empírica que analisa em profundidade um determinado fenômeno em um contexto real de vida para que seja possível o seu

amplo e detalhado conhecimento. Entre os benefícios principais da condução de um estudo de caso está a possibilidade do desenvolvimento de novas teorias e de aumentar o entendimento sobre eventos reais e contemporâneos.

Cabe ressaltar que não é sempre que as técnicas utilizadas são suficientes para garantir o processo participativo, o que impulsiona a consideração de possibilidades a serem combinadas no processo, dependendo da realidade encontrada. Entretanto, o mais importante foi abandonar, o máximo possível, o instrumental metodológico convencional e de caráter indutor; e, para isso, procurou-se, em todas as etapas do processo, usar uma metodologia baseada no planejamento estratégico participativo.

O propósito foi facilitar a construção de um processo colaborativo e de integração social em que fossem trabalhados aspectos relacionados às seguintes categorias: participação social, integração das diferenças e visão coletiva para um mandato parlamentar. Tendo em mente essa concepção de planejamento estratégico participativo, o purismo metodológico e a clausura das escolas de conhecimento foram deixados de lado, para encontrar respostas com base no diálogo conceitual e metodológico e em uma perspectiva mais holística.

Para o processo de avaliação do mandato parlamentar, a internet foi a principal ferramenta utilizada, pois tem sido recorrente principalmente devido à facilidade de apresentação e coleta de respostas a questionários disponibilizados.

Miranda (2015, p. 30) considera que

os *websites* e demais instrumentos de informação usados pelas organizações e especialistas que fazem acompanhamento do Legislativo colocam-se como fomentadores da participação política, do controle social

e da aproximação do poder público com o cidadão, por meio da coletivização da informação “independente”. Não se exige deles, vale dizer, neutralidade em termos ideológicos ou de defesa de pautas políticas. O que se demanda é que seus critérios de análise estejam claros e acessíveis.

E também destaca que

em uma democracia representativa como a nossa, o uso da Internet pode auxiliar a resolver a questão da falta de participação política da população. Isso pode acontecer sem a necessidade de intermediários entre as esferas pública e civil (MIRANDA, 2015, p. 28).

No âmbito das escolas do Planejamento, resgataram-se princípios do Planejamento Estratégico Situacional (PES), de Matus (1996), que se assenta sobre princípios construtivistas, dialogando com a abordagem da Aprendizagem Organizacional, com base nas obras de Peter Druker e Peter Senge, para quem o planejamento é mais que a definição de planos, programas e projetos, ou a definição das estruturas organizacionais de instituições (RIEG et al, 2014). Estes autores, mais que o produto do planejamento, valorizam os processos; mais que os organogramas, valorizam objetivos compartilhados; mais que hierarquia, valorizam o trabalho em equipe (MATUS, 1996; RIEG et al., 2014).

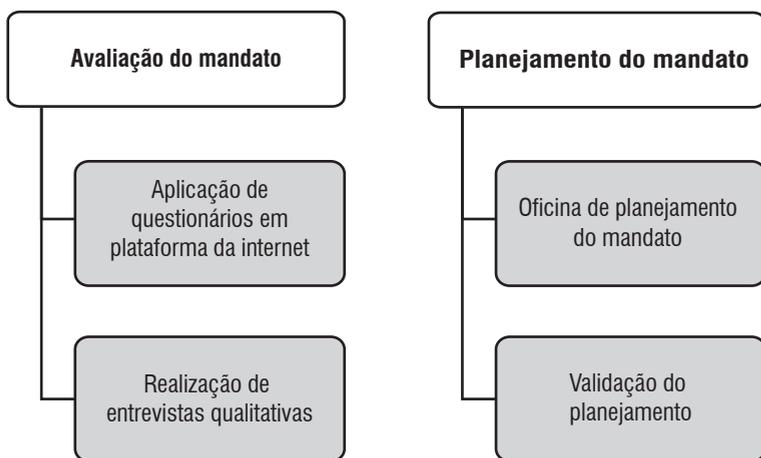
Com base nesses princípios, propõe-se ao parlamentar que teve seu mandato avaliado e planejado uma mudança de mentalidade política, assim como ao conjunto de seus assessores e membros de sua equipe. Afinal, planejar e avaliar um mandato parlamentar envolve um conjunto grande de interesses, muitas vezes conflitantes, e é, por essência, um processo de tomada de decisões, das quais emanam responsabilidades. A comunicação, então, torna-se fator-chave para a legitimidade dos planos e a unidade dos atores em torno de sua execução.

Assim, a metodologia utilizada para se chegar ao planejamento do mandato adotou como premissa geral o processo de capacitação, de forma a favorecer a incorporação de novos comportamentos e práticas políticas, baseados em uma visão estratégica de governança democrática capaz de gerar uma ambiência de integração, cooperação, parceria e corresponsabilidade entre os diversos atores envolvidos no mandato parlamentar.

Para a aplicação da metodologia, foi definida e pactuada inicialmente com o titular do mandato a estrutura metodológica do trabalho, que ficou dividida em dois momentos: um *inicial*, com foco na *avaliação do mandato parlamentar*; e um momento *final*, relacionado ao *planejamento* para os quatro anos restantes do mandato de Senador da República (Figura 1).

Figura 1

Estrutura da metodologia



Fonte: elaborada pelo autor.

3. Resultados

3.1. Avaliação do mandato

O processo de avaliação também foi dividido em duas etapas: na primeira, foi elaborado um questionário disponível na plataforma da internet *Survey Monkey* e enviado diretamente aos cidadãos constantes do *mailing* do mandato. Por meio de postagem no *site* do Senador, divulgou-se o acesso ao questionário.

O questionário de avaliação, dividido em oito partes, contemplava os seguintes aspectos:

1. Identificação: sexo, idade e grau de escolaridade;
2. Avaliação quantitativa (AQT): conceito que dá ao mandato; nota que a população do seu Estado dá ao mandato; nota para a equipe do mandato no seu Estado e no gabinete de Brasília; nota para atendimento às demandas dos cidadãos, das lideranças políticas e dos movimentos sociais;
3. Avaliação qualitativa (AQL): identificação das características que melhor definem o mandato e das que devem nortear o mandato daquele momento em diante; transparência do mandato; coerência com as propostas apresentadas na campanha ao Senado Federal; relação do mandato com as pautas de interesse do Estado;

4. Avaliação da participação nas Comissões do Senado Federal (ACSF): conhecimento e compreensão do trabalho das Comissões do Senado Federal;

5. Temas do mandato (TM): temas que devem ser priorizados para o bom desempenho do mandato; criação de um tema que seja a marca do mandato;

6. Comunicação e presença na internet (CPW): avaliação da comunicação do mandato nos principais meios de comunicação e na internet;

7. Participação social e o mandato (PSM): avaliação do nível de interlocução do mandato com o cidadão e os movimentos sociais;

8. Qualidade e impacto dos projetos apresentados (QIPA): a quem interessam os projetos apresentados pelo mandato; avaliação do grau de impacto para os cidadãos dos projetos apresentados pelo mandato (alto, médio ou baixo);

Na segunda etapa da avaliação, foram realizadas entrevistas qualificadas com um grupo restrito de formadores de opinião que tinham articulação e/ou boa compreensão do mandato. Esse grupo de pessoas foi definido pelo autor do artigo em conjunto com o titular do mandato e dele fizeram parte reitores de universidades, professores universitários, ex-deputados, prefeitos, representantes de movimentos sociais, advogados, jornalistas e professores.

Essas entrevistas buscaram responder os seguintes aspectos:

1. O perfil que tem norteado o mandato junto ao Senado Federal;

2. Avaliação geral do mandato;

3. Temas de interesse do mandato;

4. Avaliação da comunicação do mandato;

5. Articulação do mandato com as entidades representativas do Estado;

6. Correlação de forças dos senadores no processo político no Estado;

7. Avaliar o mandato dentro do partido do Senador;

8. Identificar os principais avanços e desafios do mandato.

Com isso, foi possível realizar uma avaliação geral e medir o grau de eficiência do mandato parlamentar, com base numa visão da sociedade e dos formadores de opinião que acompanham diretamente o mandato.

Realizada a avaliação, foi possível redirecionar o papel político do mandato relativamente aos demais senadores do Estado, assim como foi identificada a urgente necessidade de se redefinir dentro da estrutura do Gabinete Parlamentar a alocação de alguns profissionais mais especializados em temas direcionados ao mandato, assim como a rea-

lização de um mapeamento de habilidades da equipe que assessora o mandato.

O fato inovador do trabalho desenvolvido é que a avaliação fugiu à tendência de tratar os mandatos como iguais e de não trabalhar seus aspectos qualitativos. E, nessa ação, foi possível realizar uma avaliação tanto qualitativa quanto quantitativa.

3.2. Planejamento do mandato

Para a elaboração das ações do planejamento, foi realizada uma oficina de planejamento com 120 convidados dentre os participantes das entrevistas qualitativas e os que responderam ao questionário na plataforma da internet. A primeira ação realizada foi a apresentação dos resultados compilados da pesquisa realizada pela internet e pelo conjunto das entrevistas.

Essa oficina teve, em todo o seu processo, o uso e a aplicação de uma metodologia participativa com dois temas norteadores das diversas atividades: características do mandato e temas escolhidos como prioritários.

Assim, num primeiro momento, com base na tabulação dos resultados dos questionários e das entrevistas de avaliação, foi sugerido que o mandato explorasse, como marcas essenciais de atuação parlamentar, as seguintes características: articulador, proponente e defensor dos temas nacionais e de interesse do Estado que o titular do mandato representa (Tabela 1).

Em relação às prioridades, foram eleitos alguns temas, tais como Agricultura, Ciência e Tecnologia, Cultura e Esportes, Defesa do Consumidor, Desenvolvimento dos Municípios, Desenvolvimento Econômico etc. (Tabela 2).

Fundamentados nas tabelas, os participantes da oficina foram chamados a respon-

Tabela 1

Resultado contendo as características que devem nortear o mandato do parlamentar

Características do mandato	Percentuais
Articulador	42,5%
Debatedor	17,5%
Negociador	25,0%
Formulador de opinião	30,0%
Proponente	47,5%
Fiscalizador	18,8%
Defensor dos temas de interesse do Estado	53,8%

Fonte: elaborada pelo autor com base na pesquisa qualitativa e quantitativa do mandato.

Tabela 2

Resultado dos temas a serem priorizados pelo mandato

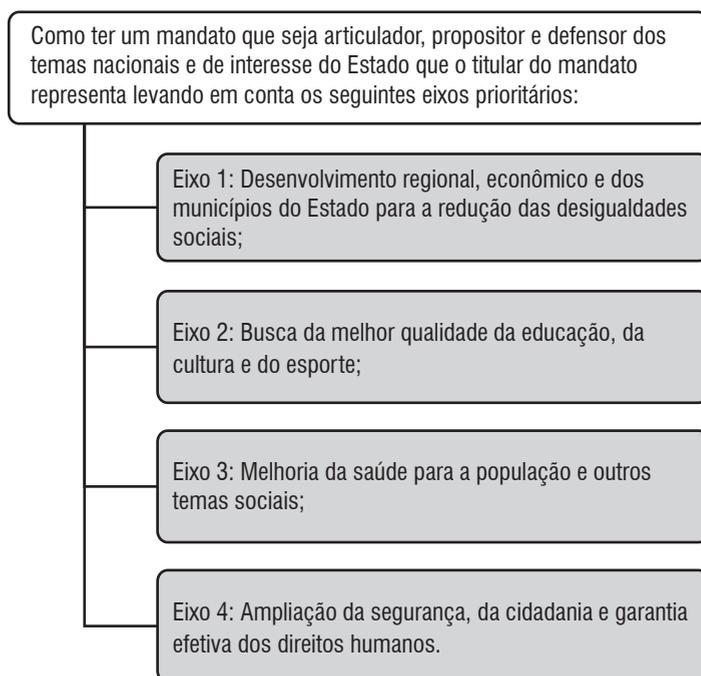
Temas	Percentuais
Agricultura	30,1%
Ciência e Tecnologia	24,1%
Cultura e Esportes	37,3%
Defesa do Consumidor	6,0%
Desenvolvimento dos Municípios	53,0%
Desenvolvimento Econômico	27,7%
Desenvolvimento Regional	39,8%
Direitos Humanos	45,8%
Direitos Trabalhistas e Previdenciários	20,5%
Educação	83,1%
Infraestrutura, Logística, Energia e Mineração	14,5%
Meio Ambiente	22,9%
Profissões e Carreiras	3,6%
Reforma Política	67,5%
Relações Exteriores	1,2%
Saúde	50,6%
Segurança	42,2%
Semiárido	31,3%
Turismo	31,3%
Outros (especifique)	10,8%

Fonte: elaborada pelo autor com base na pesquisa qualitativa e quantitativa do mandato.

der a perguntas orientadoras centradas numa questão: como um mandato pode ser articulador, proponente e defensor dos temas nacionais e de interesse do Estado que o titular do mandato representa e, ao mesmo tempo, levar em conta os quatro eixos prioritários – entre os quais, o desenvolvimento regional, econômico e dos municípios do Estado para a redução das desigualdades sociais (Figura 2).

Figura 2

Perguntas Orientadoras



Fonte: elaborada pelo autor.

Depois disso, foi apresentada ao grupo uma matriz de planejamento (Tabela 3), que deveria ser preenchida com as informações. O propósito de se criar uma matriz de planejamento foi auxiliar o grupo na elaboração de um planejamento mais sistemático e dirigido, facilitando a priorização dos temas e a tomada de decisão pelo grupo.

Tais discussões conseguiram gerar dezenas de propostas de projetos de políticas públicas, dentro dos quatro eixos originais (Tabela 4). Do total de proposições, 14 projetos já foram apresentados pelo mandato parlamentar objeto deste estudo e estão tramitando no Congresso Nacional.

Tabela 3

Exemplo da Matriz de Planejamento

Eixo nº: ____		
1.1. Subeixo:		
Ações prioritárias	Atividades	Projetos
Identificação de ações a serem priorizadas pelo mandato parlamentar para atender ao objetivo do eixo central	Atividades a serem desenvolvidas pelo mandato para responder as ações identificadas como prioritárias	Sugestão de projetos que deverão ser apresentados pelo mandato

Fonte: elaborada pelo autor.

Tabela 4

Eixos Temáticos do Planejamento

Eixos	Áreas Prioritárias	Quantidade de Projetos
Eixo 1: Desenvolvimento regional, econômico e dos municípios do Estado para a redução das desigualdades sociais	Água para o desenvolvimento; Desenvolvimento sustentável do semiárido; Fortalecimento da economia regional; Fortalecimento dos municípios, infraestrutura e desenvolvimento regional	34
Eixo 2: Busca da melhor qualidade da educação, da cultura e do esporte	Educação superior e institutos técnicos; Educação Básica e Cultura	20
Eixo 3: Melhoria da saúde para a população e outros temas sociais	Equipamentos de saúde; Saúde e inclusão social	7
Eixo 4: Ampliação da segurança, da cidadania e garantia efetiva dos direitos humanos	Fortalecimento das ações de combate à violência contra a mulher, discriminação em razão de sexo, gênero e orientação sexual; Fortalecimento das ações de combate à violência contra a juventude, criança e adolescente; Fortalecimento das ações do mandato no tema da segurança pública	23

Fonte: elaborada pelo autor com base na pesquisa qualitativa e quantitativa do mandato.

3.3. Metodologia da Oficina de Planejamento

A metodologia usada na oficina de planejamento foi a do “carrossel”, que consiste em fazer um rodízio dos temas abordados. O objetivo foi gerar uma rodada de discussões sobre os quatro eixos definidores

como prioritários. Assim, os participantes foram divididos em quatro grupos. Cada grupo ficou com até trinta participantes e ocupou uma sala durante uma hora para discutir um tema específico. Decorrido esse tempo, o tema de cada grupo “rodava”. Dessa forma, depois de quatro horas de discussão, todos os grupos haviam contribuído com sugestões para os quatro eixos do planejamento.

3.4. Validação do Planejamento

Concluída a etapa de planejamento, foi realizada pelo autor uma sistematização das propostas apresentadas na oficina, juntamente com a tabulação dos dados dos questionários e das entrevistas. Foi encaminhado para cada um dos participantes um relatório final com a aprovação e com o compromisso do titular do mandato de que nos quatro anos seguintes seriam estes os elementos norteadores do mandato.

Depois disso, foi criado um grupo com o papel de acompanhar e monitorar o encaminhamento das propostas apresentadas. Esse grupo não visa somente ao acompanhamento, mas também à realização da interlocução com o mandato por meio de um modelo de observatório, que tem o papel de monitorar as etapas do planejamento com vista a uma articulação entre os diversos atores políticos e sociais envolvidos junto ao mandato parlamentar.

Conclusão

O objetivo deste trabalho foi apresentar a aplicação e a utilidade da Metodologia de Avaliação e Planejamento Parlamentar (Maplanpar) e destaca-se como ferramenta apropriada e bastante eficaz para a realização

tanto do planejamento quanto da avaliação de um mandato parlamentar.

A intenção de utilizar tal metodologia justifica-se pela finalidade de apresentar, dentro de uma Casa Legislativa, uma ferramenta capaz de dar ao detentor de um mandato parlamentar a capacidade de avaliar o seu mandato e, também, com base nisso, ter uma melhor compreensão de quais caminhos devem ser percorridos, agora não mais na sua visão e/ou de seus assessores e técnicos, mas também dos cidadãos, movimentos sociais e políticos que dão sustentação política ao mandato parlamentar.

É uma metodologia que busca aumentar a participação social, pois lança mão, em todas as suas etapas, de elementos que visam a aumentar a participação dos cidadãos, o planejamento estratégico participativo e o compromisso do parlamentar com vistas a empreender uma visão estratégica de futuro, fundada nas demandas e nos anseios dos seus eleitores.

Atualmente, existem algumas ferramentas para a população acompanhar o trabalho de seus representantes, como as metodologias utilizadas pelo *Ranking dos Políticos*, *Atlas Político*, *Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap)*, *Congresso em Foco*, *Movimento Voto Consciente*, entre outros. Porém, foi identificado que estas metodologias usam como referências a opinião de jornalistas, entidades de classe, entidades empresariais e opinião dos setores produtivos e econômicos que acompanham o desempenho dos congressistas com base em alguns conceitos e indicadores de avaliação.

O grande diferencial da metodologia Maplanpar é que a avaliação não é feita usando ferramentas fundamentadas na visão apenas desses públicos que cobrem o Congresso Nacional e/ou as mídias sociais, e sim um processo de avaliação e de planejamento que tem

em todo o seu percurso a efetiva participação dos eleitores, que devem ser os principais objetos do mandato parlamentar.

Com as oficinas, foi possível o envolvimento de aproximadamente mil pessoas, que responderam aos questionários de avaliação em plataforma da internet e de 20 formadores de opinião que responderam à fase das entrevistas qualificadas, além das 120 pessoas que participaram da oficina de planejamento.

Com isso, observou-se que um maior número de pessoas teve acesso às informações das atividades do congressista, além de se mobilizarem com vistas a contribuírem com o mandato, passando a se envolver de forma mais qualificada com o desenvolvimento das ações do mandato parlamentar.

Em face disso, constata-se que a metodologia tem assumido não só relevante papel na consolidação de uma visão de planejamento e avaliação, como também tem sido de grande importância para a consolidação do mandato parlamentar frente às demandas da sociedade.

Essa metodologia também tem funcionado como ferramenta de planejamento e facilitação do trabalho desenvolvido pelo conjunto de técnicos e assessores inseridos no acompanhamento e no dia a dia do mandato parlamentar, pois eles têm usado as conclusões e encaminhamentos sociais para tornar o mandato mais efetivo.

Sobre o autor

Antonio Manoel Timbó Lima Gomes é graduado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil; aluno do curso de especialização em avaliação de políticas públicas do Instituto Legislativo Brasileiro, Brasília, DF; assessor parlamentar no Senado Federal, Brasília, DF, Brasil; foi consultor de organismos internacionais: PNUD, FAO e Unesco, Brasília, DF, Brasil; exerceu cargo de Assessor Especial do Gabinete do Governador do Estado do Ceará, Fortaleza, CE, Brasil.

E-mail: mtimbo@senado.leg.br

Título, resumo e palavras-chave em inglês¹

ASSESSMENT METHODOLOGY AND PARLIAMENTARY PLANNING: A CASE STUDY ABOUT ITS IMPACT ON PUBLIC POLICY DEVELOPMENT

¹ Sem revisão do editor.

ABSTRACT: The aim of this work is to make known and to submit an application and the utility of a participatory methodology designed to assess a parliamentary mandate and comprises issues related to a qualitative and quantitative assessment, quality and impact of the presented projects, participation in commissions, themes of the mandate, quality and impact of communication, as well as implement a strategy of planning a mandate from the results and from the impact of the assessment. Another relevant aspect is a relationship between the planning and the public policies that will be the focus of a parliamentary mandate. It is a work of descriptive nature and that was developed from the approach of a case study.

KEYWORDS: ASSESSMENT AND PLANNING METHODOLOGY. PARLIAMENTARY MANDATE. PUBLIC POLICY. PLANNING.

Como citar este artigo

(ABNT)

GOMES, Antonio Manoel Timbó Lima. Metodologia de avaliação e planejamento parlamentar: um estudo de caso sobre o seu impacto na elaboração de políticas públicas. *Revista de Informação Legislativa: RIL*, v. 54, n. 215, p. 179-193, jul./set. 2017. Disponível em: <http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/54/215/ril_v54_n215_p179>.

(APA)

Gomes, A. M. T. L. (2017). Metodologia de avaliação e planejamento parlamentar: um estudo de caso sobre o seu impacto na elaboração de políticas públicas. *Revista de Informação Legislativa: RIL*, 54(215), 179-193. Recuperado de http://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/54/215/ril_v54_n215_p179

Referências

BUARQUE, S. C. *Metodologia de planejamento do desenvolvimento local e municipal sustentável*. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, 1999.

FISCHMANN, A. A.; ALMEIDA, M. I. R. de. *Planejamento estratégico na prática*. São Paulo: Atlas, 2009.

MARANHÃO, S. *A questão Nordeste*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MATUS, C. *Entrevista com Carlos Matus: el método PES – planificación estratégica situacional*. São Paulo: Fundap, 1996.

MIGUEL, P. A. C. Adoção do estudo de caso na engenharia de produção. In: MIGUEL, P. A. C. et al. *Metodologia de pesquisa em engenharia de produção e gestão de operações*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

MIRANDA, J. P. *Uma análise dos modelos de avaliação de desempenho parlamentar*. 2015. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Ciência Política) – Senado Federal, Instituto Legislativo Brasileiro, Brasília, 2015. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/517010/TCC_Juliana%20Paula%20Miranda.pdf?sequence=1>. Acesso em: 3 maio 2017.

OLIVEIRA, D. de P. R. de. *Planejamento estratégico: conceitos, metodologia e práticas*. 27. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

RIEG, D. L. et al. Aplicação de procedimentos do planejamento estratégico situacional (PES) para estruturação de problemas no âmbito empresarial: estudos de casos múltiplos. *Gest. Prod.*, São Carlos, v. 21, n. 2, p. 417-431, 2014.

TIFFANY, P.; PETERSON, S. D. *Planejamento estratégico: o melhor roteiro para um planejamento eficaz*. 5. ed. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998. (Série para Dummies).